



## LIMITES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Fabiano Paixão de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)  
Endereço eletrônico: magnoluizgarcia@gmail.com

Magno Luiz da Costa Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)  
Endereço eletrônico: magnoluizgarcia@gmail.com

1669

### INTRODUÇÃO

Este resumo, tem como objetivo trazer elementos que contribuam para a compreensão dos limites e contradições do Plano Juventude Viva (JV), lançado no ano de 2012, pela presidenta Dilma Russeff. O plano em questão, foi construído e direcionado, sobretudo, à juventude negra, diagnosticada como principal vítima de violências no Brasil, em virtude do racismo estrutural que tem raízes no passado escravista do nosso país, enquanto resposta as inúmeras situações de marginalização e exposição a violência em que os jovens negros estão expostos o plano apresenta algumas medidas, no entanto, elas estão longe de resolver a problemática em questão.

### METODOLOGIA

Nesse sentido, buscaremos analisar o referido documento, com foco especial no tópico: “Princípios, eixos e diretrizes” e sua proposição no combate ao encarceramento da juventude negra, para tanto, traremos no percurso desse trabalho uma leitura sobre o contexto político do país nos anos de aprovação do Plano Juventude Viva (JV) , bem como debateremos sobre o Estado capitalista, racismo estrutural e a funcionalidade do encarceramento em massa, entendendo que esse percurso possibilita melhor aprofundamento da temática em análise.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da primeira década dos anos 2000, a população teve um maior acesso a políticas públicas, sendo, sem dúvida, de muitos avanços para a classe trabalhadora, como por exemplo, o aumento da capacidade de consumo, valorização do salário mínimo, ampliação do acesso ao mercado de trabalho formal, dentre outras coisas. Essas conquistas se fizeram possíveis devido às lutas das organizações sociais. No

Realização:



Apoio:





entanto, o período marca também a ausência de políticas mais direcionadas ao combate ao genocídio da juventude negra e ao encarceramento em massa, situação que já se encontrava alarmante. Os altos índices de homicídios e encarceramento na década foram apontados nos mapas da violência de 2011 e encarceramento 2015. Os apontamentos desses documentos, demonstraram, sem surpresas, as principais vítimas da violência no Brasil, que em geral, no caso dos homicídios, eram homens negros que tinham idade entre 15 e 24 anos e o de encarcerados também homens negros com idade entre 18 e 24 anos. Enquanto resposta a essa explícita violência que os jovens negros vinham sofrendo, fruto do racismo estrutural presente no país, a presidenta Dilma Rousseff aprovou o plano *Juventude Viva* no ano de 2012 com o objetivo de combater as causas da violência bem como combater o racismo estrutural promovendo a igualdade racial. Esse governo é continuidade do governo Lula que inaugurou no Brasil, uma gestão econômica denominada por Boito (2012) como Frente Neodesenvolvimentista. Paccola (2018) e Alves (2018) destacam que ela é dirigida pela grande burguesia interna brasileira, e que apesar do envolvimento da classe trabalhadora em sua composição essa estava excluída do bloco no poder, ou seja, na capacidade de dar direcionamento político para o governo a partir dos seus interesses. Para essa parcela se constrói segundo o autor uma relação de caráter populista, com destaque para os mais marginalizados. Significa dizer que as políticas direcionadas para a classe trabalhadora estavam subjugadas aos interesses da burguesia interna, e mais, tinham como pressuposto que o Estado é neutro e tem por finalidade resolver as questões de toda a sociedade. Diante da categoria “Racismo Estrutural” esse Estado neutro não cabe. Segundo Lenin (2010), o Estado é um produto das relações antagônicas das classes, sendo esse uma expressão das contradições inconciliáveis dos interesses de trabalhadores e da burguesia. Considerando que o capitalismo se configura como uma relação social de domínio e exploração da força de trabalho, entendemos que tal relação se expressa, na sua forma genérica, na posição que assumem os sujeitos nas relações de produção. Essa expressão, nos países periféricos dependentes, colonizados como é o caso do Brasil, ganha maior aprofundamento, sobretudo, para a população negra. A abolição em 1888, não foi capaz de colocar homens e mulheres negras em condições iguais aos trabalhadores brancos, pois o incentivo ao fluxo imigratório aumentou o contingente de mão de obra, sendo os negros e negras preteridos para os postos de trabalho vindo a se formar uma mão de obra excedente, garantindo um processo de super exploração da força de trabalho, encarceramento em massa e assassinatos. Diante



desse cenário de conciliação de classes sobre um capitalismo periférico racializado temos o governo da Presidenta Dilma Rousseff, de caráter mais popular, mas que não avançou nas políticas de segurança pública. O Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, também conhecido como Plano Juventude Viva (JV) se efetiva a partir de uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Sua proposta se constituía na integração do Governo Federal, com os governos estaduais, municipais e sociedade civil, a fim de melhor atuação em territórios vulneráveis, criando oportunidades de inclusão social e autonomia para a juventude em especial a juventude negra, buscando o combate ao racismo institucional, e melhoria da política de segurança pública. Para a construção e efetivação desta política pública, foram criados pelo governo federal em 2014, dois documentos, o primeiro intitulado “Caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil” que consiste em um documento geral, destacando os passos até o processo de construção, com levantamento histórico e a emergente necessidade de uma política pública direcionada a partir da reivindicação dos movimentos sociais com destaque para o Movimento Negro Brasileiro. O segundo é o “Guia de Implementação para Estados e Municípios” que faz uma retomada em termos de redação de algumas ideias do primeiro documento mencionado, e apresenta caminhos mais direcionados sobre a efetivação do plano. Este possui a seguinte estrutura: Princípios, eixos e diretrizes, Atores e responsabilidades institucionais, Etapas de implementação do Plano JV e Ações e programas relacionados a este. O Guia de implementação do plano para Estados e município, apresenta de forma rasa políticas para encarcerados e egressos do sistema prisional, apesar da quantidade de jovens privados de liberdade todos os anos no país, fato evidenciado pelo Mapa do encarceramento, apresentado no mesmo ano de lançamento do plano. O plano, apresenta “Princípios, eixos e diretrizes”, presentes no Guia de Implementação, este é composto por quatro eixos de ação, são eles “Desconstrução da Cultura de violência”, “inclusão, oportunidade e garantia de direitos”, “Transformação de territórios” e “Aperfeiçoamento institucional”. O primeiro eixo aponta os tipos de violências presentes dentro da sociedade, sendo essas físicas, perceptíveis a partir de marcas e ferimentos no corpo e a violência simbólica, que é utilizada para dominação de grupos sociais sobre outros. O eixo dois destaca que a precoce inserção de jovens negros no mercado de trabalho, em sua maioria precarizados, causam impedimento para a



conclusão do ensino por parte desses jovens. No que diz respeito ao eixo três, verificamos uma preocupação com a garantia de melhores condições nos bairros mais afetados pela violência, visto que neles encontram-se residindo uma quantidade elevada de jovens e por fim o quarto eixo destaca a necessidade de um combate ao racismo institucional, e que as instituições estão imbuídas de uma compreensão que vê a população negra enquanto perigosa e menos merecedora de vivenciar sua cidadania em plenitude.

## CONCLUSÕES

Entendemos que as propostas apresentadas no Plano Juventude Viva enfrentam sérios limites, sendo nesse caso apenas um verniz para um problema estrutural que não se resolve apenas com formação, e sim com uma mudança na própria estrutura do Estado que deve estar a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

**PALAVRAS-CHAVES:** Racismo estrutural. Estado. Juventude negra. Plano Juventude Viva.

## REFERÊNCIA

BOITO Jr, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 de jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude.** – Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em:<  
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/89>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Secretária-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Implementação para Estados e Municípios.** Brasília. 2014.b. Disponível em:<  
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/45>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Secretária-Geral da Presidência da República. **Plano Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil.** Brasília. 2014. Disponível em:<  
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/45>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico / Secretária Nacional de Juventude.** - Brasília: SNJ, 2018. Disponível em:<



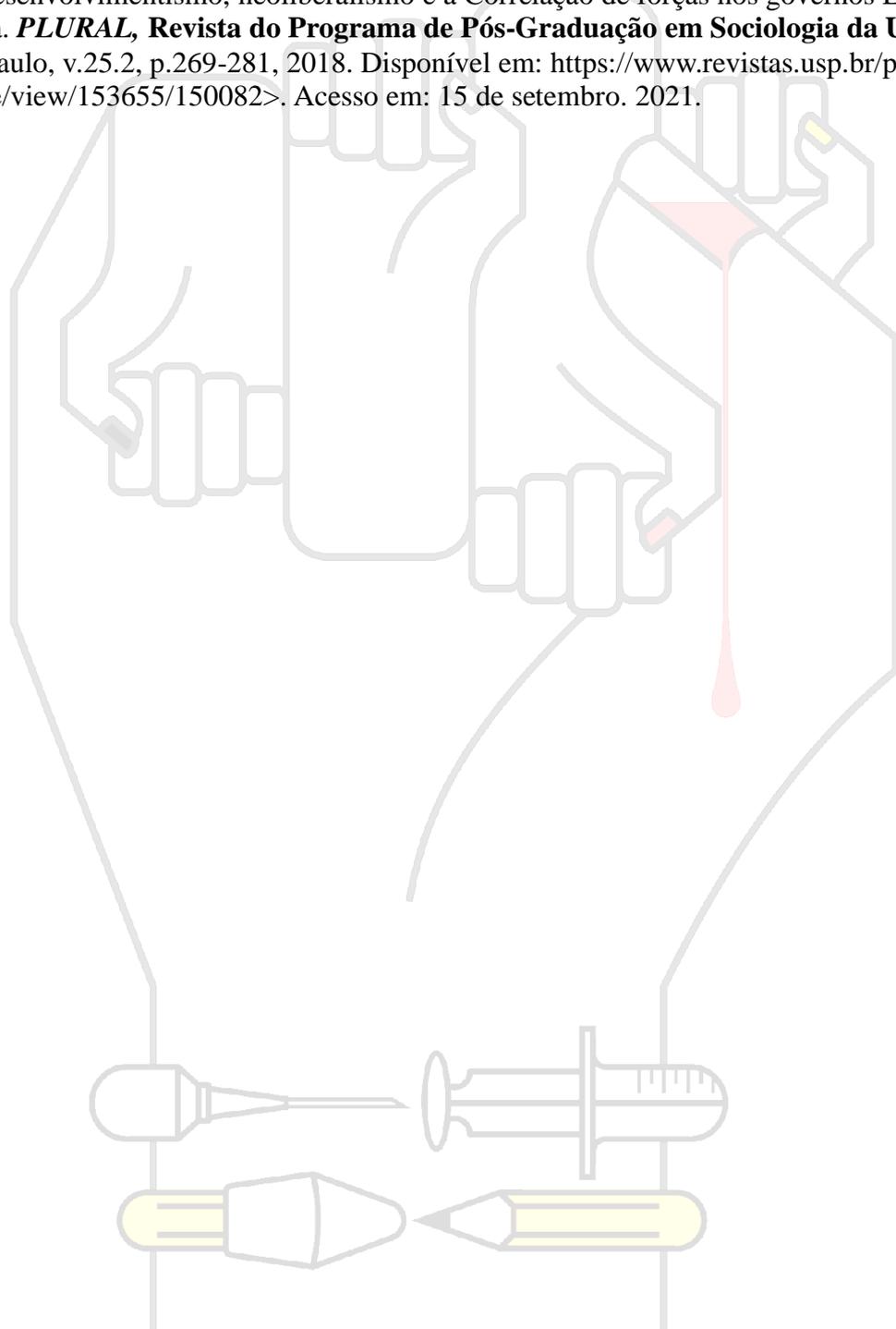
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/45>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva**: um levantamento histórico / Secretária Nacional de Juventude. - Brasília: SNJ, 2018.a. Disponível em:< <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/45>>. Acesso em: 02 jun. 2021

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a Correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.25.2, p.269-281, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/153655/150082>>. Acesso em: 15 de setembro. 2021.

1673



Realização:



Apoio:

